

**INTERVENÇÃO DOCENTE: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

---

**Thiago Corado Lima<sup>1</sup>**  
**Ana Cláudia Saladini<sup>2</sup>**

**Resumo**

Este artigo é fruto da pesquisa bibliográfica desenvolvida no curso de especialização "Educação Física Escolar na Educação Básica" da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e teve por objetivo analisar a relação entre o processo de socialização, o desenvolvimento moral humano e as implicações para a ação docente na disciplina de Educação Física. Para esta tarefa foi necessário conceituar o processo de socialização relacionando-o com o desenvolvimento moral humano sob a ótica da Epistemologia Genética, para apresentarmos possíveis implicações para a intervenção do professor dessa disciplina. A Educação pressupõe a formação moral do sujeito, sendo esta constituinte da dimensão humana. No contexto escolar todos os envolvidos nesse processo deverão atuar para a socialização dos estudantes. A disciplina de Educação Física apresenta contextos diversificados que podem contribuir significativamente para a formação de personalidades autônomas. Portanto, a ação docente na Educação Física pode promover o processo de socialização de nossos estudantes, organizando situações de ensino e de aprendizagem que levem os estudantes a tomarem consciência de si. Consequentemente, é preciso reconhecer a necessidade de que discussões como essa façam parte do processo de formação docente, seja ele inicial ou continuado.

**Palavras Chave:** Socialização; Desenvolvimento Moral; Intervenção docente; Educação Física.

---

<sup>1</sup> Graduado em Educação Física e Pedagogia - licenciatura, Especialista em Educação Física Escolar pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: [coradao@hotmail.com](mailto:coradao@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Dra. do curso de Educação Física - licenciatura. Depto de Estudos do Movimento Humano. Universidade Estadual de Londrina. E-mail: [anaclas@terra.com.br](mailto:anaclas@terra.com.br)

## TEACHING INTERVENTION: THE SOCIALIZATION PROCESS IN CLASSES OF PHYSICAL EDUCATION

---

### Abstract

This essay is the result of a bibliographical research developed in the specialization course "Schooling Physical Education in Elementary School" of State University of Londrina (UEL) and had as aiming analyze the relation among the socialization process, the human moral development and the implications for the teaching practice in the subject of Physical Education. For this task, it was necessary to conceptualize the socialization process relating it with the human moral development under the view point of Genetic Epistemology, to present possible implications for the intervention of the teacher of this subject. The Education assumes the individual's moral formation, being this constituent of human dimension. In the scholar context, all the involved people in this process must act for the students' socialization. The subject of Physical Education presents diverse contexts which may significantly contribute to the formation of autonomous personalities. Therefore, the teaching practice in Physical Education may promote the socialization process of our students, organizing teaching and learning situations which lead the students to take conscious of themselves. Consequently, it is necessary to acknowledge the necessity of discussions like this, to take part of the teaching formation process, being initial or continuous.

**Keywords:** Socialization; Moral Development; Teaching Intervention; Physical Education.

### Introdução

A Educação pressupõe a formação moral do sujeito, sendo esta constituinte da dimensão humana. Sendo assim, o ambiente escolar é cenário propício para que as relações sociais aconteçam entre todos seus integrantes, sejam do quadro de funcionários, equipe gestora, professores e estudantes, cada um com sua história de vida, semelhanças e diferenças que ora estão mais claras, ora nem tanto, mas que tem relação direta com os processos de ensino e aprendizagem.

Refletir sobre o processo de socialização no cenário escolar não se resume a observar as relações sociais que acontecem no espaço delimitado entre os muros da escola. Ao contrário, implica pensar a socialização como um processo de interação do sujeito com os diversos ambientes sociais nos quais ele vive como a família, os amigos, o trabalho, os meios de comunicação e a escola, inclusive. É no interior dessas relações que o sujeito estabelece e constrói o desenvolvimento moral e à medida que desenvolve-se moralmente tem melhores condições de relacionar-se nos grupos onde está inserido. A escola tem como um de seus objetivos, de maneira geral, a formação moral humana, conduzindo os estudantes a um caminho de autonomia moral.

Atualmente as escolas têm enfrentado dilemas diários relacionados diretamente com o desenvolvimento moral humano. Tais dilemas são motivados pelas mais diversas situações e manifestam-se em vários momentos como na hora do recreio, na entrada e saída dos estudantes, durante as aulas e também em diferentes espaços como o pátio, a quadra e outras salas de aula, corredores, dentre tantos outros. É bastante comum escola e professores sentirem-se reféns de situações que envolvam o (des)respeito com o próximo e os bens públicos, por exemplo.

Temas como a agressividade, violência e a indisciplina têm assumido grandes dimensões em estudos na área escolar, percebe-se que há uma grande dificuldade nas relações sociais, ao estabelecer o diálogo e exclusivamente no que diz respeito aos conflitos e sua mediação. Estes, em muitos momentos, são vistos como algo negativo e descompromissado com o processo de ensinar e aprender. Há mesmo uma dificuldade de compreensão sobre assuntos que tangem a moralidade e a socialização.

Equivocadamente em alguns momentos a instituição escolar deixou de valorizar a integralidade dos alunos, suas particularidades e demandas, per-

deu de vista a importância das relações sociais, do diálogo e do respeito à riqueza cultural que cada aluno traz consigo e como estes elementos podem contribuir para a construção do sujeito crítico e reflexivo.

Refletir sobre o processo de socialização nas aulas de Educação Física não se trata de garantir exclusividade dessas discussões para essa disciplina, pois a temática da formação moral do sujeito deve ser objeto de preocupação de todos os envolvidos no contexto escolar, especificamente os professores. Compreender a dinâmica das relações sociais e do desenvolvimento moral de nossos alunos é um conhecimento indispensável para a intervenção docente e, portanto, deve ser um dos saberes que compõem o processo de formação tanto inicial quanto continuada dos professores.

Portanto, as aulas de Educação Física também são espaços para tratarmos de questões morais e contribuirmos para a formação dos estudantes. Historicamente acreditou-se que as aulas dessa disciplina seriam a instância principal na qual a socialização dos alunos ficaria garantida, uma vez que os alunos envolviam-se com a prática de atividades em grupo como as esportivas e recreativas. Para que tais atividades acontecessem era preciso que os estudantes respeitassem as regras exigidas e isso contribuiria para a socialização dos alunos e, portanto, para a redução do número de problemas enfrentados pelas escolas.

A Educação Física possui conteúdos específicos que originam-se nas manifestações culturais como os jogos, as danças, as lutas, os esportes e as ginásticas que devem ser ensinados, além de criar situações de ensino e aprendizagem que favoreçam o processo de socialização dos alunos, uma vez que as situações de aula favorecem as relações interindividuais. Porém, os demais componentes curriculares e toda a escola devem igualmente preocupar-se com o processo de socialização dos alunos, contribuindo assim para o desenvolvi-

mento moral dos sujeitos. Portanto, a socialização não se resume a reunir os alunos em grupo para a realização de algumas atividades. Antes, pressupõe que o professor, ao planejar suas aulas, selecione estratégias de ensino adequadas e tenha conhecimento para intervir diante dos conflitos que se manifestam durante suas aulas. Somente assim poderá efetivamente auxiliar na socialização de seus alunos, contribuindo para o desenvolvimento moral como deseja a escola.

Sob a perspectiva da Epistemologia Genética (PIAGET, 1994), considerou-se que a moralidade só é possível dentro das relações interindividuais, dentro de um grupo, em um espaço que possibilite, mediante os processos de ensino e de aprendizagem, a socialização.

A teoria piagetiana (1978), ao fazer referência aos processos de construção da moralidade humana, evidencia que não é possível que se exclua a afetividade. Para Bringuier (1978, p. 71), Piaget afirmou que “É inteiramente evidente que, para que a inteligência funcione, é preciso um motor, que é o afetivo. Jamais se procurará resolver um problema se ele não lhe interessa. O interesse, a motivação afetiva, é o móvel de tudo... É a energética certamente”. Em outras palavras, afetividade representa a gasolina do motor, ou seja, aquilo ou o que nos leva a conhecer a motivação interna, a dimensão de valor que projetamos em determinada ação ou objeto.

A dimensão afetiva entrelaça-se a alguns sentimentos que vão em direção de um querer agir moralmente, como é o amor e o medo, que resultam nos sentimentos de respeito, confiança, indignação, culpa e vergonha. Pressupõe-se que para agir moralmente, é preciso simultaneamente ter condições cognitivas (um saber fazer) e afetivas (um querer fazer). Compreende-se assim que o desenvolvimento moral e a socialização caminham juntos, pois é do interior das relações sociais que observamos o desenvolvimento moral dos sujeitos. No processo de socialização é imperativo o convívio e aceitação (ou não) das regras

e normas para que as relações sociais concretizem-se. É preciso, para conviver com o outro, considerarmos a regulação das regras. Comprendemos que entre estes dois processos, a socialização e o desenvolvimento moral, não possa haver uma explicação de causalidade, mas sim o de interdependência. E, portanto a ação docente na Educação Física deve também garantir este espaço para o desenvolvimento humano, contribuindo para a formação de personalidades autônomas.

### **Processo de Ensino e de Aprendizagem na Educação Física e a Socialização**

Historicamente acreditou-se que as aulas de Educação Física garantiriam alunos socializados, pois à medida que envolviam-se em jogos recreativos e esportivos, aprenderiam a conviver em grupo, respeitando as regras sociais. Era vista, a socialização, como um objetivo de menor valor, pois o restante da escola estaria ocupado com tarefas mais nobres como ler, escrever e realizar cálculos.

Atualmente e diante da preocupação com esse componente curricular, para alguns autores como Palma (2005); Pereira (2006); Saladini (2006), Fogaça Jr (2009) e Palma et al (2010), a disciplina de Educação Física deve organizar situações de ensino e de aprendizagem que contribuam com os alunos para a construção e compreensão de sua motricidade. Os conteúdos específicos a serem ensinados estão organizados nos seguintes núcleos (PALMA et al, 2010): movimento e corporeidade; movimento e os jogos; movimento e os esportes; movimento em expressão e ritmo; movimento e a saúde.

A compreensão dos conteúdos que compõem estes núcleos só será possível se pensarmos em um processo que permita ao sujeito tomar consciência de si para apropriar-se destes conhecimentos. Este processo dependerá de como o professor age nas aulas que, nesta disciplina, tem características específicas, entre elas o convívio entre os alunos de uma forma bem mais próxima

(contato físico), se comparado a outras situações de sala de aula. Portanto, é preocupação também desse professor o processo de socialização.

Para Borsa (2007), socialização é o processo pelo qual um indivíduo se torna membro funcional de uma comunidade, assimilando hábitos e a cultura que lhe é própria. É um processo contínuo que se inicia pela "imitação" e continua em construção por toda a vida por meio da comunicação verbal e não verbal, pela (con)vivência com o outro.

Um dos objetivos mais importantes do processo de socialização consiste em que as crianças aprendam o que é considerado correto em seu meio e o que se julga incorreto; ou seja, que possam atingir um nível elevado de conhecimento dos valores que regem sua sociedade e se comportem de acordo com eles. Tal objetivo é atingido por intermédio de um processo de construção e de interiorização de tais valores, processo este que tende, além disso, a favorecer o desenvolvimento dos mecanismos de controle reguladores da conduta da criança. Toda a conduta é regulada socialmente, uma vez que o grupo social considera determinadas formas de agir adequadas e outras, inadequadas ou impróprias. Em razão disso, a criança necessita aprender numerosas habilidades sociais que lhe são exigidas desde os primeiros anos de vida (COLL, 1999; PALACIOS, 1995).

A escola, no desempenho de sua função social de formadora de cidadãos, precisa ser um espaço de sociabilidade que possibilite a construção e o ensino do conhecimento produzido, tendo em vista que esse conhecimento não é dado a priori. Trata-se de conhecimento vivo e que se caracteriza como processo em construção. Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana.

No que diz respeito a formação do ser social, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2010) para Educação Básica, indicam que os sistemas de

ensino e as escolas adotarão como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas os seguintes princípios éticos: justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação que possam comprometer o processo de socialização dos alunos. Tais princípios deverão ser, na escola, orientadores da ação docente e esta deverá ser organizada de tal forma que caracterize a escola como um espaço de socialização. Porém, não há uma disciplina específica para ensinar a socialização; trata-se de uma tarefa de toda a escola. Sendo assim, a Educação Física como qualquer outra disciplina se ocupa da socialização também. Tal temática faz-se presente em nossas aulas em questões que estão subjacentes à prática docente e ao convívio diário nas relações sociais que caracterizam as nossas aulas.

Compreendemos que nas aulas de Educação Física, não é mais possível que o professor atue sem considerar o processo de desenvolvimento e formação de valores morais dos educandos, pois “a Motricidade Humana, ao ser vivida, entrecruza-se e remete diretamente a valores e regras, seja em uma situação de problematização, confrontação ou para reformulação” (SILVA, 2009, p.101). Para tanto, as vivências desta situação serão relevantes para subsidiar o educando nas tomadas de decisão e assim posicionar-se diante de situações diversas, de maneira autônoma, pautadas em valores, princípios e regras morais.

Temos partilhado a concepção dos autores estudados como Silva (2009); De Vries e Zan (1998); Tognetta e Vinha (2007); La Taille (1992), que argumentam que a autonomia moral é conquistada pela legitimação interna de um saber fazer e um querer fazer, que são inspirados pela cooperação, igualdade, respeito mútuo, auto-respeito, equidade e que não deve comportar qualquer valor, qualquer conteúdo. Neste contexto, a moral remete, antes de tudo, as coi-

sas que devemos conhecer, para assim, deliberar, decidir, avaliar, prever, transcender, em outras palavras, diz respeito às regras e princípios que devem ou não ser acatados, analisados, escolhidos e que são fundamentados na dimensão intelectual, as quais são construídas em inter-relação com as outras dimensões (culturais e afetivas). Desta forma o educador deve mediar o processo de construção dos valores morais, possibilitando a interação entre os alunos e exercitando, por meio de diferentes estratégias, a autonomia moral no grupo e, portanto, do sujeito.

O ensinar e o aprender sobre valores éticos e morais denota refletir também a respeito das questões que perpassam os muros da escola, fazer a “leitura” do contexto em que nos encontramos, repensar a formação e organização cultural, histórica, econômica da sociedade em que existimos. Significa também oportunizar aos estudantes um pensamento crítico e reflexivo sobre determinados assuntos e sobre os próprios valores, possibilitar escolhas, sentimentos, não lhes oferecendo respostas prontas, mas auxiliando-os a desenvolver-se nas relações humanas, a despeito do fato de que outras instituições também colaboram para a formação moral.

Pensamos e defendemos uma Educação Física que contemple como objetivo a autonomia dos indivíduos e isto não provém do professor para o aluno, mas é nas relações com o meio, dependendo das vivências e da qualidade das interações do ser com o outro e o com o mundo que nos apropriamos desse aprendizado.

Assim nas palavras de Silva (2009; p. 48), colocar-se no lugar do outro, ouvir, exigir acordos, opinar, argumentar, estabelecer contrato para o bem de todos os envolvidos e legislar são pressupostos que envolvem a autonomia, e que não são inatos. É uma construção progressiva que também tem por base as relações travadas com o meio circundante, pressupondo um processo que en-

volve o intelectual, o afetivo, o processo de equilíbrio, as construções anteriores, a maturação do sistema nervoso central, fatores estes que influenciam diretamente no processo de ensino/aprendizagem de qualquer conhecimento, inclusive o social, como é o caso da socialização.

### **Desenvolvimento Moral e Socialização**

Diante dos pressupostos teóricos da Epistemologia Genética (PIAGET, 1994), no que diz respeito à socialização e seu entrelaçamento com a construção da moralidade, para que uma criança construa sua autonomia moral, é preciso que aprenda descentrar-se, cooperar, respeitar e respeitar-se, refletir sobre seus atos, ajustar divergentes pontos de vista. Porém, este processo não é inato no indivíduo, ou seja, depende de um processo de ensino e de aprendizagem a partir das relações sociais que o sujeito vive. Trata-se de um processo bastante complexo.

Para Piaget, a grande preocupação de tal modelo teórico é explicar a gênese, o desenvolvimento e a organização do processo de construção e aquisição das diferentes capacidades cognitivas, tendo como conteúdo básico a ação do sujeito que interage com os objetos, construindo, a partir dessas ações, formas e/ou estruturas de inteligência que lhe permitem, cada vez mais, adaptar-se ao mundo em que vive. A construção das estruturas mentais organiza-se em estágios sucessivos e decorre, principalmente, dos diferentes níveis de domínio que vão sendo construídos pelo sujeito ao longo de sua vida e pressupõem outros que lhes são anteriores, inclusive no campo do desenvolvimento moral.

A ação humana é orientada por valores e princípios que representam um julgamento e permitem a esse sujeito inserir-se na sociedade. O desenvolvimento dos sentimentos, crenças, valores e princípios é o que chamamos de desenvolvimento moral (VINHA, 2000, p.38).

Para Piaget (1983) a criança desenvolve-se moralmente (aprende) tendo em vista a qualidade das relações sociais que tem a oportunidade de estabelecer com o meio ambiente em que ela está inserida. Tais relações organizam-se em dois grupos: as relações de coação e as de cooperação.

Sobre o primeiro grupo, as relações sociais de coação, La Taille (1992, p. 58 e 59) argumenta que:

[...] é uma relação assimétrica, na qual um dos pólos impõem ao outro suas formas de pensar, seus critérios, suas verdades. Em uma palavra, é uma relação onde não existe reciprocidade. Pode-se também dizer que é uma relação constituída, no sentido de que suas regras são dadas de antemão, e não podem nem devem ser construídas pelos diferentes participantes (eles não podem ser “legisladores”). [...] portanto, não possibilita à criança construir as estruturas mentais operatórias necessárias à sua conquista. Numa relação de coação, a criança está condenada a muito crer e a nada saber. [...] Em uma palavra, da coação deriva-se a heteronomia moral.

É importante entendermos que os limites trazidos pela heteronomia ao desenvolvimento moral não é negativo em sua totalidade como poderíamos imaginar, pois o sujeito ficaria a mercê da autoridade. Ela é também um limite que merece ser transposto para que o desenvolvimento efetivamente aconteça e possamos guiar os nossos passos em direção das relações sociais de cooperação as quais, ainda de acordo com La Taille (1992):

[...] são regidas pela reciprocidade. São relações constituintes, que pedem, pois, mútuos acordos entre os participantes, uma vez que as regras não são dadas de antemão. Somente com a cooperação, o desenvolvimento intelectual e moral pode ocorrer, pois ele exige que os sujeitos se descentrem para poder compreender o ponto de vista alheio. No que tange à moral, da cooperação derivam o respeito mútuo e a autonomia. Para Piaget, as relações entre crianças promovem a cooperação, justamente por se configurarem como relações a serem constituídas entre seres iguais.

Para Piaget (1994) “toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras.” Suas pesquisas sobre a moralidade permitiram-lhe concluir basicamente que existem diferenças quanto ao respeito às regras em

crianças de idades diferentes e, fundamentando-se nessas diferenças, organizou o desenvolvimento moral em três estágios sucessivos e provisórios, a saber: anomia, heteronomia e autonomia. Em síntese, no primeiro estágio observou a carência do sentido de obrigatoriedade das regras sociais; no segundo há uma submissão ao poder da autoridade que apresenta as regras (obrigatoriedade sagrada) e no último a obrigatoriedade devido ao consentimento mútuo, fruto das trocas mútuas entre os sujeitos da relação. Assim, a construção e consolidação da autonomia seriam a finalidade desse processo, no qual os sujeitos tornam-se capazes de se relacionar enquanto cidadãos acerca de suas ações e intervenções sociais. A autonomia, para ele, é o nível mais elevado do desenvolvimento da moral.

Diante da discussão apresentada até aqui e retomando o papel da Educação na formação moral, caberá à escola oferecer sistematicamente aos estudantes oportunidades de convivência social, através das quais ele estará vivenciando as regras próprias desse convívio (ANTUNES; MENANDRO; PAGANELLI, 1993). Portanto, a forma da relação que o professor estabelece com outros colegas e com os estudantes pode interferir no processo de socialização no ambiente escolar.

Quando o professor relaciona-se com os alunos por meio de estratégias de ensino que intimidam, envergonham, expõem ou humilham os alunos, ou seja, uma intervenção docente que provoque sentimentos negativos nos estudantes, ele estará comprometendo o processo de socialização, uma vez que predomina nesta situação a moral da coação. Portanto, o desenvolvimento moral do estudante poderá ser diretamente prejudicado, pois um sujeito envergonhado e humilhado não conseguirá estabelecer relações sociais equilibradas com o outro (professor). Caberá à ele acatar as exigências do professor, bem como as regras e normas impostas por ele.

Por sua vez, na moral da cooperação, as relações pedagógicas que frequentemente promovam sentimentos como aceitação e acolhimento, oportunizando o diálogo, auto respeito e justiça podem contribuir de forma mais efetiva para a formação de sujeitos autônomos. Por isso, nessa perspectiva, devemos considerar erros e acertos como oportunidades para a aprendizagem do educando. Nesse aspecto, repensar a qualidade das relações sociais estabelecidas entre professores e estudantes, suscita questões para que o docente reflita sobre o tipo de linguagem que utiliza para comunicar-se, suas metodologias e estratégias de ensino, estratégias para mediação de conflitos interpessoais e suas possíveis relações com o desenvolvimento moral dos estudantes.

Araújo (1996), em seus estudos sobre o juízo moral entre crianças em ambientes cooperativos e em ambientes coercitivos, argumenta que, no ambiente de coação, o docente impõe, domina e sugere o comando da aula, sem regras claras e objetivas. Nessa perspectiva os alunos se tornam mais dependentes, apresentando dificuldades para o diálogo e para a troca de diferentes pontos de vista, ou seja, o ambiente coercitivo compromete o processo de socialização. As regras serão cumpridas, mas não pela compreensão da necessidade das mesmas, os educandos serão movidos por sentimentos de vergonha e medo, por exemplo.

Menin (1996, p.88) colabora com o assunto ao afirmar que aprender a considerar o outro além de nós mesmos depende muito do tipo de relação social que vivemos. Relações apenas de coação, com predomínio do respeito unilateral levam à submissão as regras por conformidade, medo e prudência. Provocam no máximo, adequação social, ou seja, não constroem autonomia.

Um ambiente coercitivo pode intervir diretamente no processo de ensino e aprendizagem; sugere-se que o professor proporcione um ambiente cooperativo, que realize e promova avanços no processo de desenvolvimento

moral. Nas palavras de Vinha (2003) até mesmo os conflitos interpessoais, desencadeados a partir das relações sociais, devem ser compreendidos pelo professor como oportunidades de aprendizagem, não os tomando para si, como se os problemas pertencessem a ele. Se assim o fizer, conceberá os conflitos como negativos e, portanto, algo a ser evitado, além de subtrair dos sujeitos a oportunidade de viver situações nas quais ele, como mediador, compreenda o pensamento e a ação reflexiva sobre os próprios conflitos e atue sobre esses como objetos de conhecimento.

Sob o olhar da teoria de Piaget (1978), os conflitos interpessoais são um fator que contribuem para a aquisição de novas estruturas de pensamento, isso quando o docente proporciona aos alunos a oportunidade de descentrar-se, coordenar novas perspectivas, sugerir e valorizar estratégias de agir em sociedade, ouvir e requisitar seus conhecimentos já adquiridos, seus meios de resolução, seu aprendizado já incorporados pelos ensinamentos familiares.

As situações de desentendimentos e contradições de pontos de vistas nas aulas desequilibram as crianças em seus relacionamentos, exigindo, assim, uma descentração a qual não é natural por parte delas. Necessita-se então que o adulto faça a mediação na busca da solução. O conflito pode e deve constituir-se em uma experiência formadora. É uma situação em que o professor pode observar o desencadeamento do desequilíbrio cognitivo e que, por ser esse um aspecto em que novas construções podem ser estabelecidas, tem chances de auxiliar no processo, o qual não se findará em um dia, uma semana ou um ano, mas permitirá novas regulações e adaptações por parte dos alunos (SILVA, 2009).

Portanto, se desejamos efetivamente contribuir para o processo de socialização de nossos alunos, é necessário garantir que os mesmos vivenciem

no cotidiano escolar situações que permitam-lhe posicionar-se diante dos acontecimentos e isso independe dos desejos/interesses do professor.

Não é raro observarmos professores que elaboram e combinam as regras com as crianças, promovem rodas de conversa favorecendo o diálogo e implantam ainda outras estratégias que visem o desenvolvimento da autonomia, mas ao final o professor pode ainda recorrer a práticas autoritárias, se tais situações foram “aplicadas” de acordo com seus interesses, sem de fato ouvir as crianças. Geralmente, nestes casos, o enfoque está no produto final (diminuição dos casos de indisciplina, solução imediata dos conflitos interpessoais, garantia de ambiente silencioso, entre outros). Não é raro verificarmos que os estudantes são conduzidos pelo professor a elaborarem as regras que são de interesse dele, para um momento em específico. Neste caso, voltamos a uma intervenção docente pautada na imposição de regras e limites, cabendo aos estudantes cumprirem com as “obrigações” conforme já observamos na moral da coação. Sobre a organização do ambiente sócio-moral De Vries e Zan (1998, p. 35) denunciam que:

Infelizmente, na maioria das escolas, o ambiente sócio-moral é sobremaneira coercivo e exige que as crianças sejam submissas e conformistas, às custas da iniciativa, autonomia e pensamento reflexivo. Mesmo os professores bem intencionados sentem que é da sua responsabilidade ser autoritário na sala de aula, oferecer às crianças regras e expectativas para o comportamento e discipliná-las pelo uso de recompensas e punições.

É interessante observar que as autoras ainda afirmam que por mais que os professores tentem combinar algumas ações autoritárias com outras nas quais oferecem afeto, as crianças identificam o professor como o centro do poder. Este clima que se coloca durante a aula interfere no processo de socialização da criança, uma vez que nesse funcionamento prioriza-se um comportamento obediente da criança. Corresponde à socialização um ambiente de prisão

“O conformismo à autoridade não é a socialização em uma sociedade livre”. (1998, p. 35).

Para evitarmos esse cenário no qual a coação pode manifestar-se pintada de autonomia, o professor no espaço da sala de aula/quadra deverá priorizar ações junto aos estudantes capazes de garantir uma participação ativa, seus conhecimentos prévios, suas percepções, valorizando sua interação em um processo dialógico, para assim lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo, e com o mundo a sua volta.

Observando os estudos de Devries e Zan (1998), atestamos a importância de se cultivar um ambiente sócio moral que desencadeie uma teia de relações interpessoais em sala de aula/ quadra entre professor e aluno, com os colegas ou com as regras, pois estas ações têm impacto sobre o desenvolvimento moral dos educandos.

Portanto, a formação moral do sujeito não é inata; ao contrário, a mesma ocorrerá à medida que a criança estabelece relações com o(s) outro(s) e, ao vivenciar situações de transformações qualitativas em seu pensamento, pode aprender e desenvolver-se. Por isso, a aprendizagem da moralidade nas aulas de Educação Física deve ser auxiliada por estratégias que valorizem a cooperação entre os educandos, sendo o professor o mediador dessa aprendizagem.

Ainda sobre o desenvolvimento moral é preciso tratarmos da estreita ligação que existe com a responsabilização que exigimos do autor de uma ação indevida, por meio da sanção. Em seus estudos Piaget (1994, p.71), organizou as sanções em dois tipos: as expiatórias e por reciprocidade. A primeira relaciona-se a intenção de resolver imediatamente o problema, enquanto a segunda enfatiza o processo e a raiz do problema, com o intuito de resolvê-lo pelo caminho da compreensão.

A sanção por expiação refere-se à expiação no sentido de pagar ou expiar a culpa, subentende-se que o autor da infração deva pagar pelo seu ato, sendo punido, sentindo desconforto, dor e tristeza por seu ato, tem caráter arbitrário. Esse tipo de sanção conecta-se à coação e com as regras de autoridades, de modo que no olhar da criança pequena a sanção expiatória é mais justa quanto mais severa for, não existindo nenhuma relação entre o conteúdo da sanção e a natureza do sancionado. Por exemplo: o aluno não realizou as tarefas de matemática orientadas pela professora da sala de aula, a mesma pune-o, proibindo-o de participar das aulas de Educação Física, pois estas geralmente são as mais desejadas pelos educandos e eles atribuem grande valor. A professora privou o aluno de seu direito de participar das aulas de Educação Física, não havendo proporcionalidade entre o sofrimento imposto pela sanção e a gravidade da falta. É comum que os docentes construam uma lista de procedimentos punitivos que justifiquem suas sanções, mas o fato de extinguir certos comportamentos inadequados aos olhos do professor “não significa que a criança percebeu as consequências do ato” (VINHA, 2003, p.42). Essa categoria de sanção não contribui para a construção da moral autônoma e o pleno desenvolvimento da criança e compromete inclusive o processo de socialização, pois nessa situação a criança ainda não aprendeu outras maneiras de se posicionar e agir. Tais sanções frequentemente humilham, causam vergonha e são dolorosas, não são capazes de ensinar por si mesmas.

A sanção por reciprocidade é outra espécie de punição descrita nos estudos de Piaget, esta acontece quando a sanção remete ao delito e suas consequências, ressaltando a quebra do vínculo social, aquilo que foi infringido pelo ato cometido. Assim centra-se em levar o autor a tomar consciência acerca de seu ato, as consequências acarretadas e o genuíno significado da sua falta, em outras palavras, é importante que aquele que violou as regras sinta os efeitos

naturais da ação. A criança precisa da ajuda (mediação) do professor para lidar com tal situação.

Assim entende-se que para que uma sanção seja efetiva e contribua para formação moral, ela deva valorizar o vínculo social e desejar a restauração e a aprendizagem de estratégias que promovam o desenvolvimento das relações, mesmo frente aos conflitos. Deve-se esclarecer que a compreensão da distinção dos tipos de sanções pelo professor, pode ajudar a prever atitudes e reagir, centrar esforços e estratégias a fim de promover um espaço no qual se construam relacionamentos cooperativos e éticos. Repensar as questões oriundas dos conflitos e das sanções, é pensar nas diversas possibilidades de educação moral no cenário escolar, inclusive nas aulas de Educação Física.

A seguir apresentamos alguns princípios norteadores (SILVA, 2006) que buscam auxiliar os docentes a compreender e perceber que a sua intervenção influencia o desenvolvimento moral dos estudantes. É urgente proporcionar interações que se pautem nos fundamentos da construção de relações autônomas, promovendo assim um autêntico processo de socialização.

De acordo com Silva (2006, p.68 - 71), ao analisar os conflitos interpessoais nas aulas de Educação Física, apresentou cinco princípios que podem nortear a ação docente e contribuir para a construção da moralidade:

I - É importante que o professor controle suas emoções e confie na capacidade das crianças de resolver conflitos, encorajando-as: Nesse caso o professor não toma a atitude de assumir o conflito para si e também não permanece passivo, deixando-as livres para tomarem decisões como quiserem. O docente assume o papel de mediar o conflito de maneira imparcial, zelando pela integridade física e para que não haja agressão. Acreditar na capacidade das crianças e buscar a solução do problema com seu apoio cria oportunidade da criança apresentar seu ponto de vista e a auxilia a ouvir o de outros alunos.

II - Ajudar as crianças a verbalizarem sentimentos, desejos e escutarem as outras: O papel do professor é fundamental, visto que as crianças podem estar ainda em uma fase egocêntrica, o docente deve mediar o conflito de modo a tornar as ideias mais claras, instigar o pensamento e a reflexão antes da ação, buscando interpor o diálogo, ensinando e motivando a expressão saudável e coesa dos sentimentos, de modo que a criança se expresse com a consciência de suas palavras, não agredindo ou agindo da mesma forma que o agressor. Procura-se ensinar a não (re)agir por impulsividade, considerando antes de tudo a reflexão e a troca de ideias, para resolução dos conflitos.

III - Ajudar as crianças a reconhecer sua responsabilidade no conflito, restaurando o relacionamento: Considerando o realismo moral (ausência de compreensão da intencionalidade de outras pessoas), elas não possuem condições de avaliar a situação em todos os aspectos e, portanto, centram-se apenas no seu ponto de vista. Intervir, buscando a prática do perdão, e de reconhecer no outro a sua importância, são ações importantes para o processo de socialização.

IV - Oportunizar que as crianças sugiram soluções entre elas, respeitando o valor do acordo mútuo. Nesse princípio deve-se oportunizar a elaboração e sugestões de soluções, ouvindo-as. Não significa que o professor vai aceitar qualquer ideia, mas buscar juntamente com os alunos uma proposta viável e que seja de comum acordo, valorizando assim a argumentação e os questionamentos, aperfeiçoando assim as habilidades sociais.

V - O conflito entre professor e aluno: Esse princípio refere-se aos conflitos entre o docente e o discente, geralmente motivados pela falta de aceitação ou compreensão por parte do aluno, diante das normas estabelecidas pelo professor. Oferecer opções claras e objetivas para o aluno é uma maneira de demonstrar respeito e delinear os limites dessa relação.

Desta maneira os princípios citados podem nortear a prática de resolução e intervenção nos conflitos, tendo em vista a construção da autonomia moral e também do processo de socialização.

Ao pensarmos o ser humano e sua intencionalidade, vislumbramos um movimento que não se manifesta em partes, ao movimentar-se o indivíduo reúne integralidade, em que o entrecruzamento dos aspectos biológicos, culturais, sociais, afetivos e morais tornam-se indissociáveis de suas manifestações, e, portanto ao agir, todos estes aspectos se relacionam e determinam as relações travadas com o outro.

Compreendemos as aulas de Educação Física enquanto um dos espaços escolares para o processo de socialização dos educandos por meio do ensino de seus conteúdos e das atividades que favorecem e proporcionam situações de interação entre os educandos fomentando, a partir delas, a mediação dos conflitos interpessoais, o pensamento crítico, as ações pautadas no diálogo e a reflexão sobre a prática. A Educação Física ocupa um lugar significativo no seio da escola e pode contribuir demasiadamente para o processo de socialização, auxiliando a formar cidadãos éticos e morais, ultrapassando assim os muros da escola.

### **Considerações finais**

Este artigo buscou analisar a relação entre o processo de socialização, o desenvolvimento moral humano e as implicações que isso pode trazer para a ação docente na disciplina de Educação Física.

Sob a perspectiva da Epistemologia Genética (PIAGET, 1994), considerou-se que o desenvolvimento moral só é possível dentro das relações interpessoais, em grupo e também em espaços que possibilitem a socialização. Compreende-se assim que o desenvolvimento moral e a socialização caminham de forma solidária, pois um é condição necessária ao outro. Portanto, as aulas

de Educação Física podem ser este espaço, contribuindo para a formação de personalidades autônomas. No entanto, para que o sujeito alcance sua autonomia moral, é preciso que aprenda a descentrar-se, refletir sobre suas ações, respeitar, cooperar, ajustar-se a diferentes pontos de vistas. Esse processo não é inato no ser humano; precisa ser desenvolvido.

Considerou-se que a socialização e a moralidade, compreendidas enquanto peças de uma mesma engrenagem, devem estar pautadas pelo acolhimento respeitoso, carinhoso e harmonioso por parte do professor em relação aos alunos e por parte destes em relação a seus pares, buscando alcançar a autonomia moral dos estudantes, de modo que no espaço da sala de aula/ quadra, oportunidades sejam criadas/aproveitadas junto aos alunos, solicitando uma participação ativa, valorização dos conhecimentos, suas percepções, enaltecendo sua interação, possibilitando assim a convivência com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo a sua volta.

É importante considerar que a atuação docente pode contribuir para o processo de desenvolvimento moral. Assim, quando o professor adota em sua metodologia uma postura coercitiva, utilizando-se de procedimentos que intimidam, envergonham, expõem ou humilham os alunos, ou seja, uma intervenção que provoque sentimentos negativos, ele estará prejudicando o processo de socialização e, portanto, o desenvolvimento moral do aluno poderá ser diretamente comprometido. Tais posturas reforçam comportamentos heterônomos nos sujeitos.

Em contrapartida, quando o professor proporciona um ambiente cooperativo no qual os alunos são incentivados a participar da discussão e da solução dos problemas e podem colaborar com suas opiniões em um processo de diálogo, eles percebem que seus sentimentos e emoções são considerados, le-

vando em conta seus interesses e ideais. Esta postura, por sua vez, reforça comportamentos autônomos e, estes sim podem contribuir para socialização e para o desenvolvimento dos mesmos.

### Referências

ANTUNES, Aracy do Rego; MENANDRO, Heloísa Fesch & PAGANELLI, Tomoko Iyda. Estudos Sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Access, 1993.

BORSA, J. C. O papel da escola no processo de socialização infantil. Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em:

<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0351.pdf> . Acesso em: 27 de julho de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRINGUIER, Jean-Claude. Conversando com Jean Piaget. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

DE VRIES, Rheta, ZAN, Betty. A Ética na Educação Infantil: o ambiente sócio-moral na escola. Artes Médicas. Porto Alegre, 1998.

FOGAÇA Jr, Orlando Mendes. A formação da noção de força corporal na criança: contribuições para a educação física (Tese de Doutorado). 151p. Programa de Pós-Graduação em Educação. Marília: Universidade Estadual de São Paulo, 2009.

LA TAILLE, Y et al. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas e discussão. . São Paulo: Summus Editorial, 1992.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Desenvolvimento Moral: Refletindo com pais e professores. In: Cinco Estudos de Educação Moral. Coleção Psicologia e Educação. 2a ed. Casa do Psicólogo. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Convivência, conflitos e educação nas escolas de São Paulo. São Paulo: Moderna, 2002.

PALMA, A. P. T. V.; PALMA, J. A. V. O ensino da Educação Física: princípios fundamentais para uma relação pedagógica construtivista na Educação Infantil e Ensino Fundamental. FIEP Bulletin, v. 75, Special Edition, 2005 (p. 91-94).

PEREIRA, Ana Maria. Motricidade Humana: a complexidade e a práxis educativa. (Tese Doutorado em Ciências da Motricidade Humana). P. Universidade da Beira Interior, Covilhã - Portugal, 2006.

PIAGET, Jean. A Epistemologia Genética; Sabedoria e Ilusões da Filosofia; Problemas de Psicologia Genética. In: Piaget. Traduções de Nathanael C. Caixeiro, Zilda A. Daeir, Celia E.A. Di Pietro. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

\_\_\_\_\_. Da lógica da criança à lógica do adolescente. São Paulo: Pioneira, 1976.

\_\_\_\_\_. Juízo Moral da Criança. Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.

\_\_\_\_\_. Seis estudos de psicologia. Trad. Maria Alice M. D' Amorim e Paulo Sérgio Silva. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 23ª Edição, (1988).

SALADINI, Ana Cláudia. A Educação Física e a tomada de consciência da ação motora da criança. (Tese de Doutorado). 224p. Programa de Pós-Graduação em Educação. Marília: Universidade Estadual de São Paulo, 2006.

SILVA, Luana Cristine Franzini da. Intervenções em situações de conflitos interpessoais nas aulas de Educação Física. (Dissertação Mestrado em Educação) 207p. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

TOGNETTA, L. R. P. A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

TOGNETTA, L. R. P. e VINHA, T. P. Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembléias na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

TOJAL, J. B. Da Educação Física à Motricidade Humana: A preparação do Profissional. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

VINHA, Telma Pileggi. O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista. Campinas, SP: Mercado de Letras: São Paulo: Fapesp, 2000.